

# Perdão de dívida de taxa de marinha de até R\$ 10 mil

Proposta da União prevê, entre outras medidas, a isenção do pagamento para quem recebe menos que R\$ 3.390

Luísa Buzin

**P**roposta da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) vai diminuir os impostos pagos por proprietários de imóveis situados em terrenos de marinha.

Além de diminuir taxas de ocupação, o governo federal estuda emitir Medida Provisória que perdoe a dívida de proprietários até o valor de R\$ 10 mil.

A SPU estima que cerca de 149 mil pessoas físicas e 8 mil pessoas jurídicas sejam beneficiadas pelo perdão da dívida em todo o País.

Entre outras propostas da União está a isenção de pagamento para quem recebe menos que cinco salários mínimos (R\$ 3.390).

Segundo o senador Ricardo Ferreira, essa é uma das mudanças mais importantes na proposta, já que, em cidades como Vitória, os terrenos de marinha não se restringem a casas e apartamentos de frente para o mar.

“É importante porque a taxa também é paga em bairros como a Grande Santo Antônio e a Ilha de Monte Belo”, afirmou.

As mudanças vão ser enviadas ao Congresso Nacional pelo Ministério do Planejamento, mas ainda não existe estimativa de prazo para que a proposta seja formalizada.

Relator de duas propostas de Emenda Constitucional (PEC) sobre o assunto, Ricardo vai participar de uma reunião com a ministra da Casa Civil, Gleisy Hoffmann, na próxima semana para conversar sobre prazos.

Ele avalia a proposta do governo



VISTA DE BENTO FERREIRA: se aprovada a PEC 56, bairro deixaria de ser considerado como área de marinha

como um primeiro avanço em uma discussão que vem sendo levantada há 15 anos. “É um avanço extraordinário, pela primeira vez existe algo concreto colocado na mesa”, afirmou o senador.

Mesmo assim, Ricardo pretende sugerir mudanças mais profundas na legislação que rege os terrenos de marinha. Ele vai sugerir, em parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 56), que o domínio dos terrenos de marinha seja transferido aos estados.

Ficariam com a União apenas áreas estratégicas, como as destinadas às Forças Armadas.

Presidente da Associação de Moradores de Bento Ferreira, Evandro Fernandes da Cruz estima que pelo menos 3 mil proprietários sejam beneficiados com a PEC 56, já que o bairro deixaria de ser considerado área de marinha.

## Como é a cobrança Taxa de 5% a partir de 1989

**1 TERRENOS DE MARINHA:** ficam situados na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar (nível máximo de uma maré cheia) médio, criado em 1831, em direção ao continente.

**2 TAXA DE OCUPAÇÃO:** terrenos ocupados até 1988 pagam 2% por ano sobre o valor do domínio pleno do terreno. A partir de 1989, a taxa é de 5%



**3 LAUDÊMIO:** é um pagamento de 5% do valor do imóvel na transferência dos terrenos de marinha, considerados bens da União.

**4 AFORAMENTO:** já os foreiros pagam uma taxa de 0,6% do domínio pleno do terreno.

Fonte: Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

### SAIBA MAIS

#### Isenção de multa

> **ESTARÃO ISENTOS** de cobrança de multa aqueles que em até 180 dias comparecerem à SPU para renegociar suas dívidas, podendo pagar parceladamente ou à vista.

> **POTENCIAIS beneficiados:** 240 mil

#### Extinção de dívida

> **PARA CADA** devedor, será consolidada toda a dívida com o Patrimônio da União até 31 de dezembro deste ano.

> **CASO O VALOR** seja inferior a R\$ 10 mil, o devedor terá a dívida extinta.

> **BENEFICIADOS:** 149 mil pessoas físicas e 8 mil jurídicas.

#### Fim do pagamento retroativo

> **REGRA ATUAL:** o pagamento da taxa de ocupação retroage ao início da ocupação, podendo ser cobrados os cinco anos anteriores à inscrição.

> **A TAXA PODE** alcançar até 25% do valor do terreno.

> **PROPOSTA:** o pagamento da taxa de ocupação deixa de retroagir. Inicia na data da efetivação da inscrição.

#### Taxa de ocupação

> **REGRA ATUAL:** o pagamento da taxa de ocupação é com base na data de inscrição do imóvel: 2% anterior a 1988 e 5% após 1988. Isenção para quem ganha até cinco salários mínimos (R\$ 3.390).

> **PROPOSTA:** cobrança de taxa única de 2% para todos. Fica isento quem ganha até cinco salários mínimos; os participantes do Simples e de programas habitacionais públicos; templos religiosos; e entidades de interesse social.



PLENÁRIO DO SENADO: votação

**A JMJ é um evento inesquecível. Mas pode ser ainda mais.**

Este é o movimento **QUEROMAIJMJ** criado para fazer da JMJ Rio2013 tudo isso e muito mais. Faça parte desta história. Acesse o site do movimento e contribua para tornar este encontro ainda melhor: [www.rio2013.com.br/QUEROMAIJMJ](http://www.rio2013.com.br/QUEROMAIJMJ) Faça da JMJ Rio2013 um evento do tamanho do sonho que você tem no seu coração.



**QUEROMAIJMJ**  
mais união  
mais amigos  
mais fé